

Lançamento do primeiro convite para apresentação de projectos INTERREG III B «Espaço Atlântico».

Acaba de ser lançado o primeiro convite para apresentação de projectos no âmbito do programa INTERREG III B «Espaço Atlântico». Este convite está aberto de 9 de Dezembro de 2002 a 7 de Março de 2003. Em princípio, será lançado um segundo convite para apresentação de projectos no Outono de 2003 e, pelo menos, um convite por ano até 2005. Para mais informações sobre o programa, visite o sítio web: <http://www.interreg-atlantique.org/iib/eng/index.htm> (consulte «Informações práticas»).

15,9 milhões de euros para as vilas e cidades da Europa

A Comissão acaba de aprovar o Urbact, um programa vocacionado para a troca de experiências entre as vilas e cidades da Europa, no âmbito da iniciativa comunitária Urban II. Entre as prioridades do programa encontra-se a criação de redes temáticas, acções de formação, estudos e outras iniciativas tomadas pelas administrações urbanas ou por outros organismos públicos. Para mais informações, contacte a autoridade gestora: ministério competente da cidade em questão e da renovação urbana, 194, avenue du Président Wilson, F-93217 Saint Denis La Plaine Cedex, Tel.: +33 (0) 1 47 04 11 23, E-mail: jl.drubigny@wanadoo.fr O então visite o sítio web do REGIO:

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/urban2/index_fr.htm

Valor acrescentado dos PET para o emprego e desenvolvimento locais

Uma nova avaliação concluiu que os Pactos de Emprego Territoriais (PET) podem constituir uma maneira eficaz de valorizar o emprego e desenvolvimento locais.

Entre 1996 e 2001, foram financiados 89 Pactos na União Europeia pelos fundos estruturais, com o objectivo de combater o desemprego e promover a criação de postos de trabalho. A avaliação refere que os Pactos bem sucedidos aumentaram o desenvolvimento de recursos ao nível local e regional, ajudaram a harmonizar a oferta e a procura, reduziram a sobreposição administrativa e tornaram as políticas locais de promoção do emprego mais claras.

Revela ainda a existência de importantes variações entre os Pactos na UE, em termos de dimensão, organização, número de parceiros e métodos de trabalho. As aplicações do princípio do Pacto com maior êxito verificaram-se nos países onde existe uma delegação da governança ao nível local, mas onde não há o hábito de trabalhar em parceria, de que são um bom exemplo a Irlanda e a Itália.

Embora os PET tenham deixado de existir como instrumento distinto e os Pactos bem sucedidos tenham sido absorvidos pelos programas dos fundos estruturais do período 2000-2006, as conclusões e recomendações incluem ensinamentos importantes em termos de formulação da futura política:

- A abordagem tipo Pacto tem potencial para ser aplicada a uma série mais ampla de

questões locais de desenvolvimento diferentes das relacionadas com o emprego, incluindo a competitividade territorial, o apoio às empresas e o planeamento de educação e formação.

- Nas actuais regiões de Objectivo 2 e 3, especialmente naquelas onde existe um registo das parcerias multi-agentes que funcionam, a abordagem tipo do Pacto constitui uma mais-valia em termos de coordenação estratégica.
- Onde exista pouca tradição de parcerias da base para o topo (bottom-up) a funcionar, o modelo do Pacto é menos apropriado a curto prazo.
- Se as abordagens tipo do Pacto tiverem que ser implementadas, é importante que a Comissão desenvolva orientações claras sobre a finalidade global da abordagem, a selecção do Pacto, os objectivos e respectivas medição e avaliação, o calendário, a disseminação e integração.

Estes ensinamentos serão a partir de agora considerados pela Comissão no contexto do planeamento da futura rubrica dos fundos estruturais para 2006. Poderá encontrar a avaliação temática no sítio web:

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/evaluation/docstep_report1.pdf

O novo relatório realça a situação especial das regiões periféricas

A Comissão adoptou em 10 de Janeiro de 2003 o seu relatório bianual sobre a implementação do n.º 2 do artigo 299.º do Tratado da CE: medidas de apoio às regiões periféricas.

O relatório apresenta uma actualização da evolução e perspectivas das medidas adoptadas no âmbito das várias políticas comunitárias durante o segundo semestre de 2002. Refere-se particularmente às medidas adoptadas nos domínios da agricultura, pesca, política regional, ajudas estatais, tributação, direitos aduaneiros, turismo, transporte, energia, ambiente, sociedade de informação, pesquisa e contexto internacional.

No respeitante à agricultura e à pesca, o relatório sublinha o compromisso da Comissão em continuar a ter em conta as características especiais das regiões periféricas na finalização das reformas da Política Agrícola Comum e da Política Comum da Pesca. O relatório faz ainda referência à mudança em termos de medidas relativas aos produtos tradicionais e alterações à programação para derrogações estruturais na agricultura e pesca.

Em relação à política regional, o relatório sublinha a inclusão de critérios qualitativos na determinação da elegibilidade no âmbito do novo "Fundo de Solidariedade" como prova da ponderação existente da situação das regiões periféricas. Refere igualmente uma série de estudos encomendados ou

completados em 2002, que assistirão na preparação de uma estratégia geral para estas regiões em 2003.

O relatório nota ainda que o conceito de distância foi incorporado nas regras respeitantes aos esquemas de ajuda estatal em 2000 e refere igualmente isenções fiscais especiais e medidas aduaneiras apresentadas ou implementadas em 2002. O relatório declara que estão em execução vários projectos destinados a pequenas empresas e ao turismo, no âmbito da programação dos fundos estruturais para o período 2000-2006, e que, a partir de 2001, os portos situados nas regiões periféricas fazem parte da rede transeuropeia (TEN).

O relatório conclui que a promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões periféricas exige uma variedade de respostas que necessitam da contribuição de várias políticas comunitárias e confirma a intenção da Comissão de prosseguir uma estratégia global de implementação relativamente a estas regiões. O relatório está disponível em formato PDF no sítio web:

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/rup_en.pdf

INTERREG: A Comissão reuniu-se com as representações das regiões em Bruxelas

Reuniram-se com a DG REGIO em Bruxelas, em 12 de Dezembro de 2002, cerca de 70 representações regionais para debaterem a execução da iniciativa comunitária INTERREG.

O seminário, organizado nas instalações da região de Estíria da Áustria, serviu de oportunidade para debater a evolução da execução de INTERREG e apresentar boas práticas das vertentes A, B e C. Os programas e os projectos apresentados dizem sobretudo respeito à região báltica, às experiências da região da Saxónia-Anhalt e à cooperação transfronteiriça entre a Áustria (Caríntia e Estíria) e a Eslovénia.

Os participantes reuniram-se ainda com Elisabeth Helander, Directora das Iniciativas Comunitárias e Acções Inovadoras na DG REGIO, e com Esben Poulsen, chefe da unidade Interreg. A Srª Helander delineou os novos desafios de INTERREG após

o alargamento, quando a UE passar a ter mais 9 fronteiras internas e 15 fronteiras externas, as características subjacentes a reforçar nos programas INTERREG A e B no futuro.

Nesta apresentação, Esben Poulsen fez um apanhado geral das estruturas de gestão conjunta INTERREG e identificou alguns critérios importantes para o êxito dos programas INTERREG: existência de estruturas fortes de gestão conjunta, necessidade de avançar com projectos concretos, objectivos claros e realmente transfronteiriços /transnacionais. Para mais informações, visite o sítio web REGIO:

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/interreg3/new/doc_en.htm



Comissão Europeia
Direcção-Geral Política Regional

KN-AB-02-014-PT-C